



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI**

Estado de Minas Gerais  
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro  
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG  
Tel.: (37) 3371-9200

03

**OFÍCIO Nº 362/2.019**

Piumhi/MG, 13 de Dezembro de 2.019.

A Sua Excelência o Senhor  
**Vereador Antônio Astésio Tavares**  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Piumhi  
Nesta

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando, em anexo, Projeto de Lei nº 113/2019 para apreciação dessa Douta Câmara Municipal.

Atenciosamente,

**ADEBERTO JOSÉ DE MELO**  
**Prefeito**





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI**

Estado de Minas Gerais  
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro  
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG  
Tel.: (37) 3371-9200

**MENSAGEM Nº \_\_\_\_/2.019**

Piumhi/MG, 12 de Dezembro de 2.019.

A Sua Excelência o Senhor

**Vereador Antônio Astésio Tavares**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Piumhi

Nesta.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa veneranda Câmara Municipal, EM REGIME DE URGÊNCIA, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a desafetação de bem público e autorização para doação ao LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS e dá outras providências.

O Projeto em tela contempla a doação de um imóvel urbano em favor do Lar São Francisco de Assis para sede definitiva na Comarca de Piumhi – MG e exercício de seu objeto social.

Seu objeto social é acolhimento temporário de crianças e adolescentes de ambos os sexos, desprotegidas e em estado de abandono, vítimas de maus tratos físicos e psíquicos, abuso sexual, violência, agressão e outros; preservando vínculos com as famílias de origem, salvo determinação judicial em contrário. Desenvolver com as crianças cuidados e proteção e com os adolescentes, condições para independência e auto cuidado.

Certos do empenho desta Colenda Casa Legislativa em atender aos anseios da comunidade, contamos com a deliberação deste projeto e sua consequente aprovação.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossas Excelências os protestos de elevado apreço.

  
**ADEBERTO JOSÉ DE MELO**

**Prefeito**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais  
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro  
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG  
Tel.: (37) 3371-9200

## PROJETO DE LEI Nº 73 /2.019

**“Dispõe sobre a desafetação de bem público e autorização para doação *Lar São Francisco de Assis* e dá outras providências.”**

O Chefe do Poder Executivo do Município de Piumhi/MG, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE PROPOR A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** - Fica autorizada a desafetação de **UM LOTE TERRENO URBANO**, com área de 580,06m<sup>2</sup>, tendo 23,50m de frente, 23,50m nos fundos, 24,64m do lado direito e 24,64m do lado esquerdo, confrontando na frente com a Rua Rodolfo de Abreu, nos fundos com Geraldo Rodrigues, do lado direito com Município de Piumhi do Estado de Minas Gerais e do lado esquerdo com Irineu Aparecido Alves e outros, Bairro Elisa Leonel, nesta cidade e Comarca de Piumhi/MG, matrícula nº 20.735, livro nº 3-O.

**Art. 2º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a doação deste terreno urbano ao *Lar São Francisco de Assis*, que terá uso exclusivo no exercício de seu objeto social no Município de Piumhi.

**Art. 3º** - O valor total da doação é de R\$ 261.027,00 (duzentos e sessenta e um mil e vinte e sete reais), apurado mediante avaliação prévia realizada pela Comissão de Avaliação de Imóvel, nos termos da Portaria 93/2.019.

**Art. 4º** - Não havendo o cumprimento da finalidade que justifica a presente doação no prazo de 10 (dez) anos, o imóvel reverter-se-á em favor do Município de Piumhi.

**Art. 5º** - Havendo encerramento das atividades jurídicas inerentes ao objeto social do *Lar São Francisco de Assis*, o bem objeto da doação será revertido ao Município de Piumhi – MG bem como as benfeitorias existentes, sem qualquer ônus indenizatório.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Piumhi – MG, 13 de Dezembro de 2.019.

**ADEBERTO JOSÉ DE MELO**  
*Prefeito Municipal*



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI**

Estado de Minas Gerais  
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro  
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG  
Tel.: (37) 3371-9200

8  
06

## **PORTARIA Nº 93 /2.019**

### **INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEL PARA SER DOADO AO LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Chefe do Poder Executivo do Município de Piumhi/MG, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

**Art. 1º-** Fica nomeada uma **Comissão Municipal de Avaliação**, integrada pelos servidores, **Iguará de Melo Junior, Marisia dos Reis Leite e Edson Pereira da Silva**, para sob a presidência do último, proceder à avaliação de um bem imóvel para fins de **doação ao Estado de Minas Gerais**.

**Art. 2º-** A Comissão de Avaliação deverá sem qualquer ônus a Municipalidade, proceder à avaliação de **UM LOTE TERRENO URBANO**, com área de 580,06m<sup>2</sup>, tendo 23,50m de frente, 23,50m nos fundos, 24,64m do lado direito e 24,64m do lado esquerdo, confrontando na frente com a Rua Rodolfo de Abreu, nos fundos com Geraldo Rodrigues, do lado direito com Município de Piumhi do Estado de Minas Gerais e do lado esquerdo com Irineu Aparecido Alves e outros, Bairro Elisa Leonel, nesta cidade e Comarca de Piumhi/MG, matrícula nº 20.735, livro nº 3-O, por força desta Portaria, deverá expedir Laudo de Avaliação do referido bem.

**Art. 3º-** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piumhi/MG, 12 de Dezembro de 2.019.

**ADEBERTO JOSÉ DE MELO**  
**Prefeito Municipal**

## LAUDO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA

**Comissão de Avaliadores:** Edson Pereira da Silva – CPF: 143.763.006-59  
Iguará de Melo Júnior – CPF: 446.195.026-34  
Marisia dos Reis Leite – CPF: 276.739.016-68

**Solicitante:** Adeberto José de Melo (Pessoa do Direito Público)

**Assunto:** Avaliação imobiliária (lote)

De acordo com a solicitação da pessoa acima descrita, apresentamos a conclusão quanto ao valor de comercialização dos imóveis solicitados:

**1- Imóvel pertencente ao Município de Piumhi**

Um lote terreno, com área de 580,06m<sup>2</sup>, tendo 23,50m de frente, 23,50m nos fundos, 24,64m do lado direito e 24,64m do lado esquerdo, confrontando na frente com a Rua Rodolfo de Abreu, nos fundos com Geraldo Rodrigues, do lado direito com Município de Piumhi do Estado de Minas Gerais e do lado esquerdo com Irineu Aparecido Alves e Outros, bairro Elisa Leonel, nesta cidade comarca de Piumhi, registro nº 20735.

### CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

#### Aspectos Físicos Gerais

Ocupação: Média

Nível Sócio Econômico: Médio

Bairro: Desenvolvido

Uso Predominante: Residencial

Meio Ambiente: Agradável

#### Infra-Estrutura Urbana

Iluminação: Existente

Energia Elétrica: Existente

Telefone: Existente

Água: Potável

Escoamento pluvial: Existente

Esgoto Sanitário: Existente

Coleta de Lixo: Existente

Sistema Viário: Existente, destacando-se a proximidade da Rua Conselheiro Lafaiete

#### Serviços Comunitários

Comércio: Estabelecimentos comerciais dos principais ramos são encontrados na Rua Conselheiro Lafaiete e em outras vias próximas, destaques para padarias, supermercados, farmácia, açougue, mercado de horti fruti granjeiro

Recreação: A região é bem servida de recreação, ginásio poliesportivo, academia ao ar livre, campo de futebol e quadra de patins

Ensino e Cultura: Existente com estabelecimento de 1º grau, curso técnico

Rede Bancária: Existente



EM BRANCO

### **Metodologia de avaliação**

#### **Método comparativo direto**

Este método define o valor do imóvel através da comparação com dados de mercado de imóveis semelhantes: são selecionados alguns elementos de pesquisa de imóveis similares em oferta ou negociados e opiniões de corretores e com base nestes dados determina-se o valor unitário a ser aplicado.

#### **Conclusão**

Considerando o método comparativo direto, estes avaliadores solicitados pela Portaria nº 093/2019, avalia os imóveis com os seguintes valores abaixo descritos:

Terreno registro nº 20735

Área 580,06m² x R\$450,00 p/m² = R\$261.027,00

TOTAL: R\$261.027,00

Conclusão Total da Avaliação R\$261.027,00 (duzentos e sessenta e um mil e vinte e sete reais)

Piumhi, 13 de dezembro de 2019



Edson Pereira da Silva  
CPF: 143.763.006-59



Iguará de Melo Júnior  
CPF: 446.195.026-34



Marisia dos Reis Leite  
CPF: 276.739.016-68





COMARCA DE PIUMHI - ESTADO DE MINAS GERAIS

REGISTRO DE IMÓVEIS

CNPJ nº 20.939.526/0001-49

Bel. Márcio da Silveira Cassini - Eunice Carabetti da Silveira Cassini  
OFICIAL SUBSTITUTA  
Cecília Carabetti da Silveira Cassini  
SUBSTITUTA

Rua Dom Pedro II, 153 - Caixa Postal: 54 - Tel./Fax: (37) 3371-1067  
e-mail: [cripiumhi@hotmail.com](mailto:cripiumhi@hotmail.com)

MÁRCIO DA SILVEIRA CASSINI, Oficial do  
Registro de Imóveis desta comarca de Piumhi, Estado  
de Minas Gerais, na forma da lei e etc.-

**CERTIFICO** a pedido verbal da parte interessada  
que, revendo no cartório à meu cargo o arquivo do REGISTRO IMOBILIÁRIO da Comarca, dele  
verifiquei constar no Livro 3-O, às fls. 23, o registro de nº 20.735, do imóvel constituído de UM  
TERRENO, medindo 15.375m², ou seja 1,53,75 hectares, situado no subúrbio desta cidade, à Rua do  
Cascalho, confrontando com Abel Cunha, Américo Cândido Vieira ou seus sucessores, com a Rua  
acima; havido por compra de Horacio Teodoro Alves, registro nº 20.729, fls.36, deste livro.  
**ADQUIRENTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI. **TRANSMITENTE:** JOSÉ  
HIPOLITO DE FARIA e s/m AUGUSTA SEMILHANA DE OLIVEIRA, residentes nesta cidade.  
**COMPRA E VENDA:** Escritura pelo Tabelião Substituto Milton de Vasconcelos, em 20/5/1.955.  
**VALOR DO CONTRATO:** Cr\$70.000,00. **CONDICÕES DE CONTRATO:** Não há.  
**AVERBACÕES:** Não há. **REGISTRO FEITO EM:** 25/5/1.955. É o que contém no original, dou  
fê. Func. Rafaella. Eu, \_\_\_\_\_, Oficial do Registro de Imóveis, a fiz digitar e assino.

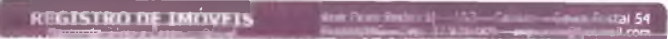
PIUMHI, 08 de novembro de 2019. 08:46:34

- OFICIAL -

Luana Aparecida Pereira  
ESCREVENTE AUTORIZADA

Pedido de Certidão nº: 75.010

Emol: R\$ 17,77 - Recivil: R\$ 1,07 - TFJ: R\$ 6,65 - ISS: R\$ 0,89 - Valor Total: R\$ 26,38



PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
Ofício de Registro de Imóveis Piumhi - MG

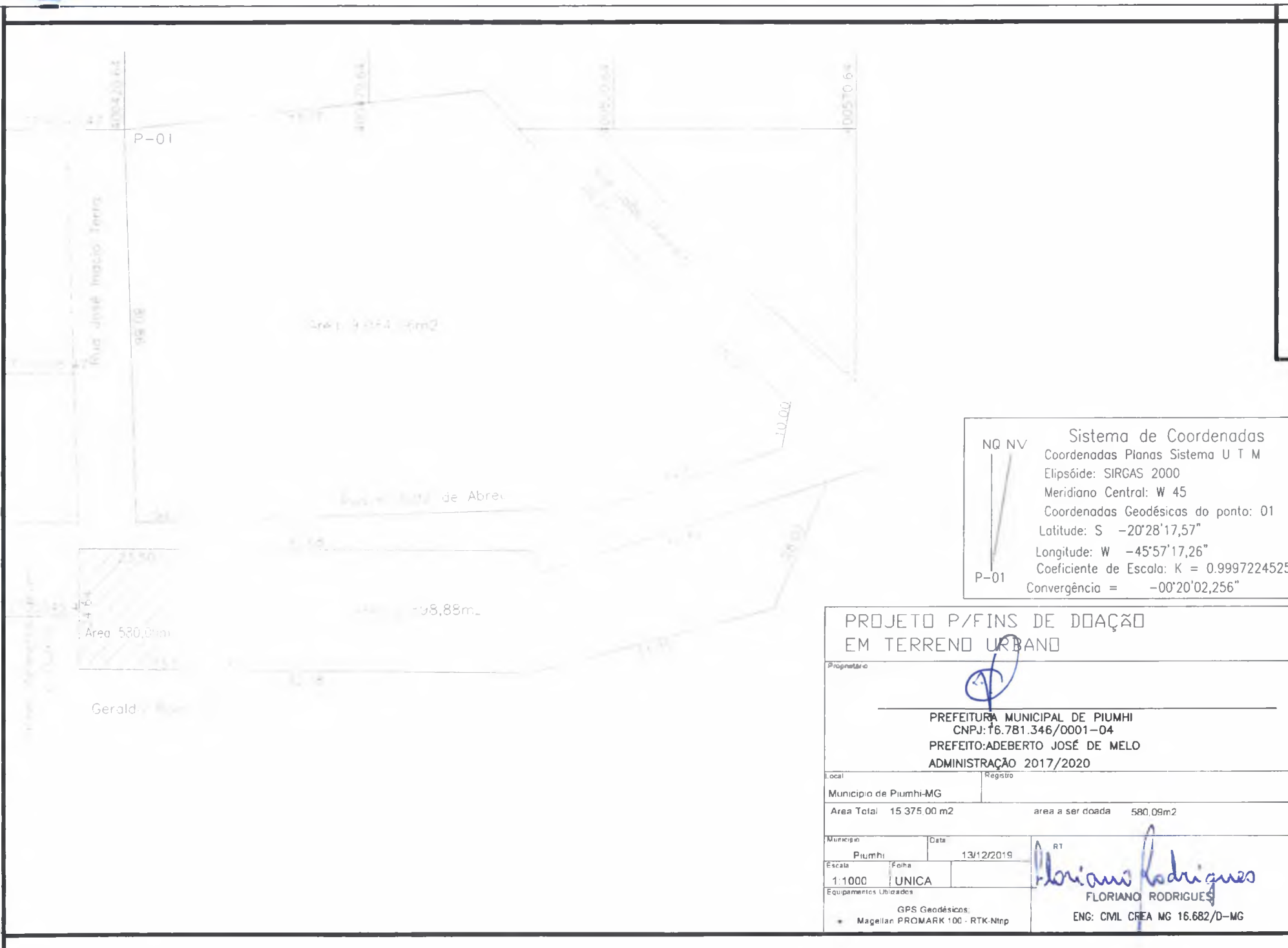
Selo Eletrônico nº DFB88081  
Cod. Seg. 0834-5392-1867-2849



Quantidade de Atos Praticados: 1  
Emol. R\$ 17,77 - TFJ. R\$ 6,65 - Valor Final: R\$ 24,42  
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

**REGISTRO DE IMÓVEIS**  
Bel. Márcio da Silveira Cassini - OFICIAL  
Eunice Carabetti S. Cassini - SUBSTITUTA  
Cecília Carabetti S. Cassini - SUBSTITUTA  
Fone: (37) 3371-1067 - CEP 3 925.000  
Caixa Postal: 54 - CNPJ 20.939.526/0001-49  
PIUMHI - MG





Sistema de Coordenadas  
Coordenadas Planas Sistema U T M  
Elipsóide: SIRGAS 2000  
Meridiano Central: W 45  
Coordenadas Geodésicas do ponto: 01  
Latitude: S -20°28'17,57"  
Longitude: W -45°57'17,26"  
Coeficiente de Escala: K = 0.9997224525  
Convergência = -00°20'02,256"

## PROJETO P/FINS DE DOAÇÃO EM TERRENO URBANO

Proprietário

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI  
CNPJ: 16.781.346/0001-04  
PREFEITO: ADEBERTO JOSÉ DE MELO  
ADMINISTRAÇÃO 2017/2020

Local

Registro

Município de Piumhi-MG

Área Total 15 375 00 m²

área a ser doada 580,09m²

Município

Data

Piumhi

13/12/2019

Escala

Folha

1:1000

UNICA

Equipamentos Utilizados

GPS Geodésicos:

\* Magellan PROMARK 100 - RTK-Ntrip

RT

Florianos Rodrigues  
FLORIANO RODRIGUES

ENG: CIVIL CREA MG 16.682/D-MG



Sistema de Coordenadas  
Coordenadas Planas Sistema U T M  
Elipsóide: SIRGAS 2000  
Meridiano Central: W 45  
Coordenadas Geodésicas do ponto 01  
Latitude: S -20°28'17,57"  
Longitude: W -45°57'17,26"  
Coeficiente de Escala: K = 0.9997224525  
Convergência = -00°20'02,256"

## PROJETO P/ FINS DE DOAÇÃO EM TERRENO URBANO

Proprietário

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI  
CNPJ:16.781.346/0001-04  
PREFEITO: ADEBERTO JOSÉ DE MELO  
ADMINISTRAÇÃO 2017/2020

Local

Registro

Município de Piumhi-MG

Area Total 15 375.00 m2

area a ser doada 580.09m2

Município

Data

Piumhi

13/12/2019

Escala

Folha

Equipamentos Utilizados

- GPS Geodésicos:  
• Magellan PROMARK 100 - RTK-Ntrip

*Floriane Rodrigues*  
FLORIANO RODRIGUES  
ENG: CIVIL CREA MG 16.682/D-MG

8  
12

## MEMORIAL DESCRITIVO

**Imóvel** : Um terreno urbano, situado na Rua Rodolfo de Abreu e rua José Inácio Terra e Rua João Pinheiro, Bairro Elisa Leonel.  
**Proprietário:** Município de Piumhi – Estado de Minas Gerais.  
**Município** : Piumhi-M.G.  
**Registro nº** 20.735 Livro 3-0, Fls. 23  
**Área (m2)** : 580,06 m2 (ÁREA A SER DOADA).

O imóvel objeto da medição, para fins de **DOAÇÃO DE ÁREA**, tem suas divisas dentro dos seguintes limites e confrontações:

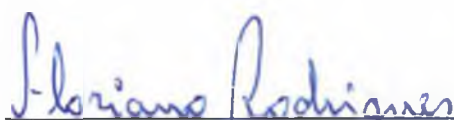
**FRENTE:** 23,50m – confrontando com a Rua Rodolfo de Abreu

**FUNDO:** 23,50m – confrontando com a Geraldo Rodrigues

**LADO DIREITO:** 24,64 - confrontando com o Município de Piumhi do Estado de Minas Gerais (área remanescente).

**LADO ESQUERDO:** 24,64m - confrontando com a Irineu Aparecido Alves e Outros.

PIUMHI, 10 de Dezembro de 2019



Resp. Téc: Floriano Rodrigues

Eng. Civil Crea 16.682/D - MG

### Anuência Municipal

Atesto para os devidos fins, que os dados apresentados neste memorial e na planta anexo não prejudicam as áreas das estradas administradas por este município.



Município de Piumhi – Estado de Minas Gerais

CNPJ Nº 16.781.346/0001-04

Representante Legal: (Prefeito) Adeberto José de Melo

CPF Nº 269.686.576-00

8  
13

## MEMORIAL DESCRITIVO

**Imóvel** : Um terreno urbano, situado na Rua Rodolfo de Abreu e rua José Inácio Terra e Rua João Pinheiro, Bairro Elisa Leonel.

**Proprietário:** Município de Piumhi – Estado de Minas Gerais.

**Município** : Piumhi-M.G.

**Registro nº** 20.735 Livro 3-0, Fls. 23

**Área (m2)** : 580,06 m2 (ÁREA A SER DOADA).

O imóvel objeto da medição, para fins de **DOAÇÃO DE ÁREA**, tem suas divisas dentro dos seguintes limites e confrontações:


**FRENTE:** 23,50m – confrontando com a Rua Rodolfo de Abreu

**FUNDO:** 23,50m – confrontando com a Geraldo Rodrigues

**LADO DIREITO:** 24,64 - confrontando com o Município de Piumhi do Estado de Minas Gerais (área remanescente).

**LADO ESQUERDO:** 24,64m - confrontando com a Irineu Aparecido Alves e Outros.

PIUMHI, 10 de Dezembro de 2019



Resp. Téc: Floriano Rodrigues

Eng. Civil Crea 16.682/D - MG

### Anuência Municipal

Atesto para os devidos fins, que os dados apresentados neste memorial e na planta anexo não prejudicam as áreas das estradas administradas por este município.



Município de Piumhi – Estado de Minas Gerais

CNPJ Nº 16.781.346/0001-04

Representante Legal: (Prefeito) Adeberto José de Melo

CPF Nº 269.686.576-00



# CARTÓRIO 2º OFÍCIO DE NOTAS

AMÂNCIO CASSINI NETO

Marcelo da Silveira Cassini – Tabelião  
Juçara Bastos Cassini – Tabeliã Substituta  
Piumhi – MG



## ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO.

TRASLADO

LIVRO: 221

FLS. 166 a 167

OUTORGANTE.....: **O MUNICÍPIO DE PIUMHI/MG.**

OUTORGADO(A-S)...: **CREUZA MARIA REZENDE.**

DATA.....: 13/11/2001

VALOR.....: R\$7.000,00

S

A

I

B

A

M, quantos esta pública escritura virem, que sendo no ano de dois mil e um(2001), ao(s) treze (13) dia(s) do mês de novembro do dito ano, nesta cidade de Piumhi, Estado de Minas Gerais, em meu Cartório, à Rua Padre Abel, 420, e sendo aí, perante mim Tabeliã Substituta do 2º Ofício, compareceu(ram) como outorgante(s) doador(a, es) **O MUNICÍPIO DE PIUMHI, do Estado de Minas Gerais**, com sede na Prefeitura Municipal desta cidade de Piumhi, à Rua Padre Abel, nº332, inscrita no CGC/MF sob o nº16.781.346/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **DR. OTACÍLIO GONÇALVES TOMÉ**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico e eletricitista, portador do CREA/MG de nº4.604/D e CPF de nº007.190.996/68, residente e domiciliado nesta cidade de Piumhi/MG, e, como outorgado(a, s) donatário(s), **CREUZA MARIA REZENDE**, brasileira, viúva, do lar, portadora da CTPS de nº16.022 série 0038/MG e CPF de nº028.669.506/58, residente e domiciliada nesta cidade de Piumhi/MG, à Rua João Pinheiro, 331. Os presentes identificados conforme documentos apresentados, do que dou fé. E pelo outorgante doador **O MUNICÍPIO DE PIUMHI**, por seu representante legal, me foi dito que é senhor e legítimo possuidor, com livre administração e sem ônus de: **UM TERRENO URBANO**, com a área de 220,00 metros quadrados, tendo 10,00 metros de frente e nos fundos, por 24,00 metros do lado direito e 23,80 metros do lado esquerdo, situado na Rua Silviano Brandão, nesta cidade, confrontando pela frente com a referida Rua Silviano Brandão, nos fundos com Miguel Ângelo da Silva, lado direito com Joviana Concebida Santos e outros e do lado esquerdo com área remanescente, havido por parcelamento devidamente aprovado pela Prefeitura Municipal de Piumhi, conforme matrícula de nº22.640, às fls.70 do livro 2-IK, do C.R.I desta cidade de Piumhi/MG, sendo o referido imóvel destinado a área institucional, que ora desafeta, conforme Lei Municipal de nº1.495/2001, adiante descrita e por mim arquivada. A presente doação destina-se exclusivamente para fins de ressarcimento do direito de uso e realização de benfeitorias de manutenção pela outorgada no imóvel incorporado ao SAAE, situado à Rua Rodolfo de Abreu, nº115, nesta cidade de Piumhi/MG, vez que a referida Autarquia em razão de expansão dos seus serviços, necessita deste imóvel



desocupado. E pela presente escritura e na melhor forma de direito doa, como de fato doado tem, o imóvel acima descrito ao outorgado donatário, tudo conforme a Lei nº1.495/2001. **(DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO E DOAÇÃO DE BEM PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).** A Câmara Municipal de Piumhi aprovou e, eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar o bem imóvel, pertencente ao Patrimônio Municipal destinado a área institucional, localizada à Rua Silviano Brandão, nesta cidade, tendo a área 313,50 metros quadrados, com 10,00 metros de frente para a referida Rua, 18,50 metros aos fundos, 24,00 metros do lado direito e 22,00 metros do lado esquerdo, confrontando pela frente com a citada Rua, aos fundos e do lado esquerdo com a área remanescente e do lado direito com a área loteada, registrado sob o nº21.276, Livro 2-HQ, fls.096 no CRI de Piumhi. Art. 2º - O referido imóvel integrará a categoria de bens disponíveis do Patrimônio da Administração Pública. Art. 3º - Fica autorizado o Município a proceder à doação do referido imóvel, sendo apenas a área restrita de 220,00 metros quadrados, conforme plantas anexas a esta Lei, que fará parte integrante da mesma. Art. 4º - A presente doação será feita a Srª. Creuza Maria Rezende CPF nº 028.669.506/58, para fins de ressarcimento do direito de uso e realização de benfeitorias de manutenção pela mesma no imóvel incorporado ao SAAE, situado à Rua Rodolfo de Abreu, nº115, nesta cidade de Piumhi/MG, vez que a referida Autarquia em razão de expansão dos seus serviços, necessita deste imóvel desocupado. Art. 5º - A doação se efetivará através de escritura pública, tão logo a usuária e seus familiares desocupem o imóvel, ficando sem efeito a AUTORIZAÇÃO DE USO do imóvel mencionado no artigo anterior, cujo prazo estende até 31.12.2004. Art. 6º - Fica o SAAE autorizado e com obrigação também a título de ressarcimento, de arcar com o aluguel de até 12(doze) meses de um barracão em favor da usuária, até que a mesma edifique sua casinha no lote ora doado. Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal de Piumhi. 20 de setembro de 2001. Otacílio Gonçalves Tomé. Prefeito Municipal. Cujá doação é feita gratuitamente, dando-lhe o valor de R\$7.000,00(sete mil reais), para efeitos fiscais. E, que, desde já por bem desta escritura e em virtude da cláusula "CONSTITUTI" o doador transmite ao(s-a) donatário(a-s) todo o seu domínio, posse, direito e ação que exercia sobre o imóvel acima descrito, por si, seus herdeiros e sucessores, obrigando-se pela presente doação sempre boa, firme e valiosa, pondo o(a-s) outorgado(a-s) donatário(a-s) a par e a salvo de quaisquer dúvidas futuras e a responder pela evicção de direito e autoria, para que o(a-s) mesmo(a-s) o(a,s) considere(m) seu(s), como é e fica sendo desta data em diante. E que possuindo o imóvel, acima descrito livre e desembaraçado de quaisquer ônus doa, como de fato doado tem, na melhor forma de direito ao(a,s) outorgado(a,s) donatário(a,s), CREUZA MARIA REZENDE, retro qualificado e por ele(a-s) me foi dito que aceita(m) esta escritura nos termos nela expressos, para que produza os efeitos legais, exibindo-me os seguintes documentos: Isento de pagamento de ITCD conforme art. 3º, inciso IV, da lei nº12.426/96 aprovada pelo Decreto nº38.639/97. Foi pago o DAE no valor de R\$38,59. EMITIDA A DOI. Foram apresentadas as quitações com a Prefeitura e Estado e ainda me foi dito pelo(s) donatário(s) que tem pleno conhecimento da Lei Federal de nº 7.433 de 18/12/85, devidamente regulamentada pelo Decreto Federal de nº93.240 de 09/09/86, dispensando sob sua inteira responsabilidade a apresentação das Certidões Negativas nela exigidas, exceto a de registro e negativas de ônus, isentando esta serventim de quaisquer responsabilidades pelas

187  
8  
16

demais. ASSIM o disse(ram) e dou fê, e me pediram que lhes lavrasse a presente  
em minhas notas, a qual feita e lhes sendo lida, acharam-na conforme, aceitam e  
assinam do que dou fê. Eu, plai Juçara Bastos Cassini, Tabeliã  
Substituta do 2º Ofício que a escrevi e assino em público e raso sinal de que uso.  
Em testemunho pl da verdade. A Tabeliã Substituta plai -

OUTORGANTE P/

Utair. Ferreira

OUTORGADA

Renza Maria Rezende

2º Ofício de Notas "AMÂNCIO CASSINI NETO"  
Rua Padre João, nº 420 - Piumhi - MG - CEP: 37.925-000  
TELEFAX: (37) 3371-2366

AUTENTICADA

PIUMHI

20, 11, 2001

Está Conforme o Original, Dou Fé

Em testemunho pl da verdade.

Marcelo da pl Cassini - TABELIÃO  
Juçara Bastos Cassini - TAB. SUBSTITUTA



8

17



ESTATUTO  
DO  
*LAR SÃO FRANCISCO  
DE ASSIS*



6  
18

## SUMÁRIO

<b>Capítulo I</b> – Denominação, sede, duração e fins	
Art 1º a 9º .....	3/4/5
<b>Capítulo II</b> – Dos sócios	
Seção I – Do quadro social	
Art. 10 a art. 13 .....	5/6
Seção II – Dos direitos dos sócios	
Art. 14 a 15 .....	6
Seção III – Das obrigações dos sócios	
Art. 16 .....	6/7
Seção IV – Das penalidades	
Art. 17 a 21 .....	7/8
<b>Capítulo III</b> – Da organização e funcionamento da associação	
Seção I – Da Assembléa geral	
Art. 22 a 25 .....	8/9
Seção II – Do Conselho Fiscal	
Art. 26 a 27 .....	9
Seção III – Da Diretoria	
Art. 28 a 29 .....	9/10
Seção IV – Das atribuições da diretoria	
Art. 30 a 32 .....	10
Seção V – Das atribuições dos membros da diretoria	
Art. 33 a 38 .....	11/12
<b>Capítulo IV</b> – Das receitas e do patrimônio	
Art. 39 a 43 .....	12
<b>Capítulo V</b> – Das eleições	
Art. 44 a 52 .....	12/13
<b>Capítulo VI</b> – Das disposições finais e transitórias	
Art. 53 a 62 .....	13/14

Op. 2

8  
19

## **TERCEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DO LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS**



### **CAPÍTULO I Denominação, sede, duração e fins**

Art. 1º - O Lar São Francisco de Assis, fundado em assembléia realizada em data de 30.08.2004, nesta cidade de Piumhi, passa a regular-se por este Estatuto e pelo Regimento Interno que adotar.

Art. 2º - O Lar São Francisco de Assis é uma organização de direito privado civil, de caráter assistencial, apolítica, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, sem limitação no número de sócios, com sede e foro na Rua Rodolfo de Abreu, n.º 150, nesta cidade de Piumhi, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo Único - O Lar São Francisco de Assis não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, aplica-os integralmente, dentro do território nacional, na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

Art. 3º - O Lar São Francisco de Assis é um abrigo institucional que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes de ambos os sexos, sob medida de proteção (ECA, Art. 101) oriundas da Comarca de Piumhi e São Roque de Minas, estado de Minas Gerais em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir uma função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta ou para outra instituição que possua os requisitos necessários para o acolhimento.

Art. 4º - O Lar São Francisco de Assis acolherá crianças, adotando-se como parâmetro a definição e idade estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA ou em legislação substituta.

§ 1º - Excepcionalmente, o Lar São Francisco de Assis poderá abrigar adolescentes, adotando-se como parâmetro a definição e idade estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA ou em legislação substituta, desde que tenham sido admitidos na instituição antes de implementada esta condição.

§ 2º - Não haverá nenhum tipo de discriminação na admissão ou no atendimento as crianças e adolescentes, seja por motivo de raça, cor, sexo, religião, deficiência ou que vivam com HIV/AIDS e condição social. Quando se fizer necessária uma atenção especializada o abrigo deverá ser assegurado por meio da articulação da rede de serviços a qual poderá contribuir, inclusive, para capacitação específica dos cuidadores.

*Obx* 3

8  
20



§ 3º - Não serão acolhidos crianças ou adolescentes que precisarem de tratamentos especiais hospitalares, doenças infecto-contagiosas de forma a não comprometer ou colocar em risco a saúde ou a integridade dos demais acolhidos, bem como, dos funcionários da instituição.

Art. 5º - O Lar São Francisco de Assis adotará os seguintes princípios no seu programa de trabalho:

- a) Acolher e garantir proteção integral.
- b) Excepcionalidade do afastamento do convívio familiar;
- c) Provisoriedade do afastamento do convívio familiar;
- d) Preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- e) Garantia de acesso e respeito à diversidade e não-discriminação;
- f) Oferta de atendimento personalizado e individualizado;
- g) Garantia de liberdade de crença e religião;
- h) Respeito à autonomia da criança e do adolescente, em consonância com o ECA.

Art. 6º - O Lar São Francisco de Assis possui objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social para a promoção de assistência social com vistas ao acolhimento provisório de crianças e adolescentes de ambos os sexos, sob medida de proteção, em situação de risco pessoal e social.

§1º - Na busca do cumprimento de suas finalidades, são atividades específicas da instituição, promover por conta própria ou em parceria, apoiar e incentivar as seguintes ações:

I - Desenvolver atividades psicopedagógicas e escolarização.

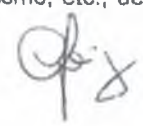
II - Desenvolver atividades culturais, esportivas e de lazer.

III - Desenvolver projetos e ações de educação ambiental (estudos e técnicas de preservação da fauna, flora, bacias hidrográficas regionais e proteção ao meio ambiente).

IV - Garantir vestuário e alimentação suficientes, cuidados médicos, odontológicos e farmacêuticos necessários, assistência religiosa àquelas que desejarem, de acordo com as suas crenças.

V - Proporcionar o envolvimento e a participação das crianças e dos adolescentes nas atividades cotidianas do abrigo, com a utilização dos recursos sociais disponíveis e articulação intersetorial.

Art. 7º - Para o cumprimento de seus objetivos, o Lar São Francisco de Assis poderá firmar convênios ou parcerias com os Poderes Públicos, com organismos ou entidades públicas ou privadas, particularmente com Prefeituras e o Poder Judiciário, médicos, estabelecimentos hospitalares, entidades assistenciais congêneres, clubes de lazer e recreação, escotismo, etc., desde

 4

que não impliquem subordinação ou vinculação a compromissos e interesses conflitantes com seus objetivos, nem coloquem em risco sua independência financeira e administrativa.

Art. 8º A fim de cumprir suas finalidades, a Instituição poderá se organizar em tantas unidades de prestação de serviços quanto necessário, os quais poderão adotar regimentos internos específicos.

Art. 9º - O Lar São Francisco de Assis é composto dos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral
- b) Diretoria Executiva
- c) Conselho Fiscal

## **CAPÍTULO II**

### **Dos Sócios**

#### **Seção I**

#### **Do quadro Social**

Art. 10 - Poderão ser admitidos como sócios as pessoas físicas no gozo de seus direitos civis ou pessoas jurídicas legalmente constituídas.

Parágrafo único: Não serão admitidos associados que tenham sido condenados pela prática de crimes contra a infância, a adolescência ou contra os costumes, bem como, aqueles que não gozam de bom conceito moral perante a sociedade.

Art. 11 - O Lar São Francisco de Assis compor-se-á das seguintes categorias de sócios:

- a) Efetivos: Os fundadores e demais associados com mais de um ano de participação, desde que atendam às demais disposições deste Estatuto e estejam em dia com sua contribuição;
- b) Contribuintes: Os que fazem doações regulares à instituição, a seu critério, sem assumir obrigações perante a instituição;
- c) Beneméritos: Os que prestarem serviços relevantes à instituição, quer de ordem técnica, social ou financeira, ou que hajam feito donativos em dinheiro ou bens.

§ 1º - Terão o título de fundador, as pessoas que assinarem a ata de fundação da Instituição.

§ 2º - O sócio-contribuinte, após um ano de participação, poderá passar a sócio-efetivo, a critério da Diretoria e sempre mediante proposta do interessado, obrigando-se expressamente pela mensalidade prevista.

 5



§ 3º - O título de sócio benemérito será conferido pela Diretoria, a seu critério, mediante proposta de cinco (05) sócios efetivos quites, ou da própria diretoria.

Art. 12 - O Lar São Francisco de Assis não remunerará, nem concederá vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título a seus diretores, sócios, conselheiros, instituidoras, benfeitores ou equivalentes, ficando vedada, também, a distribuição de resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

Art. 13 - Os sócios e diretores não responderão nem solidária e nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Diretoria em nome da instituição, salvo por crime de responsabilidade.

## **Seção II**

### **Dos Direitos dos Sócios**

Art. 14 - São direitos dos sócios efetivos, quites com a instituição:

- a) Votar e ser votado;
- b) Propor sugestões de interesse geral e solicitar esclarecimentos dos dirigentes quando os atos ou resoluções da Diretoria lhes pareçam desviar das disposições deste Estatuto ou dos preceitos da moral e dos bons costumes.

Art. 15 - O interessado poderá desvincular-se do quadro de associados, mediante requerimento apresentado à Diretoria, a qual poderá deliberar sobre o pedido, a seu critério.

## **Seção III**

### **Das obrigações dos Sócios**

Art. 16 - São obrigações dos sócios:

- a) Trabalhar em prol dos objetivos da instituição;
- b) Prestigiar os eventos patrocinados pela instituição;
- c) Cooperar para o engrandecimento e colaborar com a missão da instituição;
- d) Aceitar e desempenhar com dignidade e sem qualquer interesse pessoal os cargos para os quais forem eleitos;
- e) Contribuir regularmente com as garantias a que se tiverem obrigados;
- f) Comparecer às reuniões das Assembléias Gerais ordinárias e extraordinárias (somente os efetivos);
- g) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Diretoria e da Assembléia geral.

## **Seção IV**

### **Das Penalidades Aplicáveis aos Sócios**

dp's





Art. 17 - Infringindo o presente Estatuto, sem prejuízo de outras sanções civis e/ou penais que a lei impuser, os sócios estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão;
- c) Exclusão.

§ 1º A advertência será aplicada pelo Presidente da instituição, em caráter reservado, mediante aprovação da Diretoria, e será aplicada para punir faltas leves.

§ 2º - A suspensão será aplicada pelo Presidente da instituição, após aprovação da Diretoria, no caso de reincidência no cometimento de falta leve e como punição para as faltas tidas como sendo graves.

§ 3º - A exclusão será deliberada e aplicada pela assembléia geral, após votação da maioria dos presentes, para punir faltas gravíssimas.

§ 4º - Quando o infrator for um membro da Diretoria e do Conselho Fiscal, as penalidades de advertência e suspensão serão aplicadas pela Assembléia Geral

Art. 18 - Considera-se falta gravíssima, sujeita à penalidade de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material à Instituição.

Parágrafo único: A definição de faltas leves e graves ficará a cargo da Diretoria, diante do caso concreto e poderá ser definida no Regimento da Instituição e levará em conta os preceitos da ética, moral e dos usos e costumes da região.

Art. 19 - Perderá a condição de associado, aquele que deixar de recolher sua contribuição por seis meses, em um período de doze meses.

Art. 20 - Perderá a condição de associado aquele que não comparecer a três reuniões consecutivas, desde que convocadas nos termos deste estatuto.

Art. 21 - Fica assegurado o amplo direito de defesa a todos os associados quando lhes forem imputadas infrações contra o presente Estatuto, cabendo-lhes apresentar defesa escrita no prazo de quinze dias a contar da notificação da infração.

Parágrafo único: Em todas as hipóteses, da pena aplicada caberá recurso para a Assembléia Geral, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias da notificação da decisão

### CAPITULO III Da Organização e Funcionamento da Associação

#### Seção I





### Da Assembleia Geral

Art. 22 - A Assembleia Geral é órgão supremo do Lar São Francisco de Assis e será composta pelos sócios efetivos que estiverem em pleno gozo de seus direitos estatutários e será presidida pelo Presidente da Diretoria Executiva ou seu substituto legal.

§ 1º - A Assembleia Geral será realizada ordinariamente na 1ª quinzena do mês de janeiro de cada ano, para leitura do relatório do presidente e aprovação das contas;

§ 2º - A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, caso em que, para aprovação das propostas, será exigida maioria simples de votos.

Art. 23 - A realização da Assembleia Geral Ordinária será comunicada aos sócios com antecedência mínima de sete dias e a Assembleia Geral Extraordinária com a antecedência de três dias pelo menos.

Parágrafo único: A convocação aos associados deverá ser feita preferencialmente por escrito, ou por meio eletrônico, por telefone, fax e sempre deverá ser afixado edital na sede da Instituição.

Art. 24 - A Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente quando convocada:

- I - pelo Presidente da Associação;
- II - por 1/5 (um quinto) dos associados;
- III - pela maioria dos membros da Diretoria;
- IV - pela maioria dos membros do Conselho Fiscal.

Art. 25 - Compete à Assembleia Geral:

- a) Reformular o presente Estatuto, no todo ou em parte;
- b) Autorizar a alienação de imóveis ou a incineração de móveis e equipamentos inservíveis pertencentes à instituição;
- c) Deliberar sobre fusão, incorporação, dissolução ou extinção da instituição;
- d) Eleger os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- e) Aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva;
- f) Indicar membros para a Diretoria em caso de vacância;
- g) Destituir o presidente ou qualquer membro da Diretoria em caso de descumprimento do presente estatuto.

### Seção II Do Conselho Fiscal

Art. 26 - O Conselho Fiscal será constituído por um mínimo de 05 (cinco) e o máximo de 15 (quinze) membros, eleitos pela Assembleia Geral extraordinária, dentre sócios em pleno gozo de seus direitos.

*Ofs*

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal elegerão seu presidente, ao qual é assegurado o voto de qualidade;

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal coincidirá com o da Diretoria, permitindo-se a reeleição.

§ 3º - No caso de ocorrer vaga ou impedimento dos membros do Conselho Fiscal em que o número de componentes fique inferior a cinco, o preenchimento será feito conforme decisão a ser tomada na primeira reunião que se realizar após a vacância.

§ 4º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente após o término de cada exercício financeiro.

Art. 27 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Emitir parecer sobre as contas da Diretoria Executiva, para encaminhamento à Assembleia Geral;
- b) Aprovar o Plano Anual de Atividades da instituição, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;
- c) Responder às consultas feitas pela Diretoria Executiva;
- d) Deliberar, em conjunto com a Diretoria Executiva, sobre os casos omissos neste estatuto.

### Seção III Da Diretoria

Art. 28 - O Lar São Francisco de Assis será administrado por uma Diretoria eleita pelos sócios efetivos, em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, para um mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição.

§ 1º - A Diretoria executiva será constituída de:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) 1º e 2º Secretários
- d) 1 e 2º Tesoureiros

§ 2º - O cônjuge do presidente eleito será aclamado Presidente de Honra da instituição e, em não sendo ele casado, a Diretoria poderá indicar outrem, a ser escolhido entre os colaboradores do Lar São Francisco de Assis.

§ 3º O cargo de presidente de honra é representativo e o seu ocupante não terá direito de voto nas reuniões da Diretoria, podendo, contudo, emitir opinião de caráter orientativo.

§ 4º - O Presidente de Honra somente terá direito de voto na Assembleia Geral se ostentar a condição de associado.

*[Assinatura]*

Art. 29 - Ocorrendo vacância em qualquer cargo da Diretoria, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do mandato.

Parágrafo único: Não sendo possível a substituição de que trata o caput deste artigo e a vacância tornar inviável a continuidade dos trabalhos, a Assembleia Geral se reunirá no prazo máximo de trinta dias após a vacância, para indicar o novo integrante.

#### Seção IV Das Atribuições da Diretoria

Art. 30 – Compete à Diretoria:

- a) Elaborar o plano anual de atividades;
- b) Viabilizar a execução das decisões da Assembleia Geral;
- c) Submeter, anualmente, à Assembleia Geral o relatório de atividades e o balanço financeiro da instituição;
- d) Analisar e aprovar os pedidos de admissão e afastamento de sócios;
- e) Aprovar a contratação de serviços, admissão e demissão de pessoal, quando necessário e de acordo com a legislação vigente;
- f) Decidir sobre aplicações financeiras de recursos disponíveis;
- g) Aprovar convênios, contratos, acordos, mediante análise criteriosa, autorizando, o Presidente, a assinatura de instrumentos legais necessários a este fim;
- h) Propor alterações deste Estatuto à Assembleia Geral.

Parágrafo único. Excepcionalmente, por motivo de urgência e devidamente justificado, os casos omissos poderão ser decididos pela Diretoria, *ad referendum* da Assembleia Geral.

Art. 31 - A critério da Diretoria, poderão ser criados departamentos especiais como departamento de esportes e recreação, clubes agrícolas, etc., e seus diretores serão nomeados pelo Presidente.

Art. 32 - O mandato da Diretoria será de três anos e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, iniciando-se as atividades da nova Diretoria no dia imediatamente posterior.

#### Seção V Das Atribuições dos membros da Diretoria

Art. 33 - Compete ao Presidente:

- a) Representar a Associação em Juízo e fora dele, ativa e passivamente;
- b) Autorizar despesas e assinar em conjunto com o tesoureiro os documentos que impliquem movimentações financeiras, rubricando os livros (caixa, receita e despesas, de donativos, de registros de sócios e de atas, etc.) e documentos de responsabilidade;

- c) Firmar contratos, acordos e convênios de quaisquer naturezas, autorizados pela Diretoria;
- d) Presidir as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias com voto de desempate;
- e) Superintender todos os serviços da instituição, tomando todas as medidas necessárias ao cumprimento deste Estatuto.

Art. 34 - Compete ao Vice-presidente auxiliar o Presidente nos seus encargos e substituí-lo nos seus impedimentos.

Art. 35 - Compete ao 1º Secretário:

- a) Auxiliar o Presidente e o Vice-Presidente nos seus encargos, substituindo o Vice-Presidente nos seus impedimentos;
- b) Lavar as atas das reuniões;
- c) Cuidar da correspondência geral da instituição e dirigir todos os Serviços da Secretaria, mantendo em dia o expediente e livros a seu cargo, tomando todas as iniciativas necessárias ao bom andamento dos serviços da instituição.

Art. 36 - Compete ao 2º Secretário auxiliar o 1º Secretário nos seus encargos e substituí-lo nos seus impedimentos;

Art. 37 - Compete ao 1º Tesoureiro:

- a) Abrir e movimentar as contas bancárias da instituição, em conjunto com o Presidente ou seu substituto legal;
- b) Cuidar da guarda de dinheiro e valores pertencentes à instituição, recolhendo em estabelecimento oficial de crédito as quantias que lhe forem confiadas;
- c) Efetuar em dia a escrituração financeira e patrimonial, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- d) Assinar juntamente com o presidente os documentos que impliquem movimentação financeira ou constituam obrigações em nome da instituição;
- e) Dirigir e fiscalizar tudo quanto tiver relação com a Tesouraria.
- f) Efetuar os pagamentos devidamente autorizados;
- g) Assinar junto com o Presidente ou seu substituto legal, os balanços e demonstrações de contas da instituição.

Art. 38 - Compete ao 2º Tesoureiro auxiliar o 1º Tesoureiro nos seus encargos e substituí-lo nos seus impedimentos.

#### Capítulo IV Das Receitas e do Patrimônio

Art. 39 - As receitas serão constituídas pelas contribuições de associados e de terceiros, bem como por legados, subvenções, doações e quaisquer outros proventos e auxílios recebidos.

*Op. x*

Art. 40 – O patrimônio será constituído pelos bens móveis, imóveis, veículos, propriedade intelectual, semoventes, ações e títulos que a instituição vier a adquirir

Art. 41 - O Lar São Francisco de Assis aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais e unicamente no território nacional.

Art. 42 - Em caso de dissolução do Lar São Francisco de Assis, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.

Art. 43 - Os registros contábeis demonstrarão com exatidão as operações financeiras e patrimoniais da Instituição

Parágrafo Único - O Lar São Francisco de Assis manterá escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

## **CAPITULO V**

### **Das eleições**

Art. 44 – As eleições serão realizadas na primeira quinzena do mês de dezembro do ano em que findar o mandato da diretoria.

Art. 45 - A eleição para os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal será convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, mediante edital a ser afixado na sede da instituição e publicação no jornal local.

Art. 46 - O registro das chapas deverá ser feito até 5 (cinco) dias antes da data marcada para realização das eleições.

Art. 47 – O candidato a presidente apresentará, na sede da instituição, requerimento de registro da chapa, devidamente assinado, contendo o nome e os respectivos cargos de todos os seus integrantes.

Parágrafo único: Em nenhuma hipótese será aceito registro de chapa que esteja incompleta

Art. 48 - O Presidente da assembléia designará dois associados presentes para funcionarem como Comissão Eleitoral, sob sua coordenação, sendo certo que nenhum deles poderá ser candidato a cargo naquele pleito

Art. 49 – Se o Presidente da instituição estiver concorrendo à reeleição, será obrigatório a composição de uma Comissão Eleitoral, composta por três associados, dos quais um funcionará como Presidente, o outro como





Secretário e o outro como Escrutinador, sendo certo que nenhum deles poderá ser candidato a cargo naquele pleito.

Art. 50 - A votação será feita por escrutínio secreto, salvo no caso de chapa única, cuja votação se dará por aclamação.

Art. 51 - Em nenhuma hipótese será admitido voto por procuração.

Art. 52 - A apuração dos votos se dará imediatamente após o término da votação e os eleitos serão proclamados na mesma sessão.

## CAPÍTULO VI

### Disposições finais e transitórias

Art. 53 - Excepcionalmente e somente para dar efetividade às alterações implementadas nesta oportunidade, o mandato da atual diretoria findará em 31/12/2019.

Art. 54 - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal que se candidatarem a cargos públicos, de natureza política, em qualquer esfera governamental, deverão se desincompatibilizar até 6 (seis) meses antes do pleito, salvo se a legislação eleitoral fixar prazo diferente.

Art. 55 - Os membros da Diretoria que se deslocarem para representar e/ou defender os interesses da Instituição poderão ser reembolsados dos valores gastos, desde que comprovados por documentos fiscais idôneos e o deslocamento tenha sido previamente autorizado e justificado.

Art. 56 - O ano financeiro e social da instituição coincidirá com o ano civil.

Art. 57 - Será comemorado festivamente o dia 04 do mês de outubro de cada ano, como data da fundação do Lar São Francisco de Assis.

Art. 58 - A extinção da Associação dar-se-á mediante o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembleia Geral extraordinária convocada especialmente para tal fim.

Art. 59 - O presente Estatuto só poderá ser modificado pela Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo único: O interessado na modificação do estatuto, na forma deste artigo, poderá defender seus objetivos perante a assembleia, pelo prazo de 15 (quinze) minutos, prorrogáveis por igual período, a critério da mesa diretora dos trabalhos.

Art. 60 - Os casos omissos do presente estatuto e que não forem resolvidos por deliberação da Diretoria Executiva serão resolvidos pela Assembleia Geral Extraordinária.

*[Assinatura]*



Art. 61 - Para celebração das parcerias previstas na Lei 13.019/14, o Lar São Francisco de Assis deverá possuir:

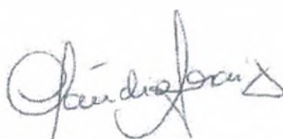
I - no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los.

II - experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante.

III - instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

Art. 62 – Este Estatuto entrará em vigor a partir da data de aprovação pela Assembleia Geral realizada no dia 27/12/2017.

Piumhi, 27 de dezembro de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



\* Ata da Assembleia Geral do Bar. São Francisco de Paris

Nos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezes-  
seis, às dez horas, na sede do Bar. São Francisco de  
Paris, localizada na Rua Rodolfo de Hure, 150, nesta cidade  
de Pucallpa (Peru), atendendo a convocação que fora feita e na  
forma do estatuto em vigor, reuniram-se os associados  
em Assembleia Geral. No horário determinado, foi procedi-  
do a contagem dos associados presentes, constando  
em que o presidente (Hernán Brito de Castro) informou que  
não havia número suficiente de associados aptos a re-  
tarem. Então o presidente informou que se reuniram  
por um período de quinze minutos para que se instalasse  
a assembleia em segunda convocação, com qualquer  
número de associados presentes. Decorrido o lapso tem-  
poral determinado, o presidente declarou instalada a  
assembleia. O presidente agradeceu a disponibilidade  
de todos os presentes e pediu a aprovação de todos  
para o bom andamento dos trabalhos. Em seguida  
instituiu a ordem do dia, contida



na convocação apurada, a Assembleia se destina a eleger a diretoria do TCE, São Francisco do Sul para o biênio 2011-2012. O presidente então informou a todos que havia nomeado uma comissão para a composição da Assembleia. Claudio Almeida Moraes, para o cargo de Presidente, Juliano Mendonça Lima, para o cargo de vice-Presidente, Helene Maria Marques, para o cargo de Primeiro Tesoureiro, Roberto Carlos Lima, para o cargo de Segundo Tesoureiro, Tereza Amanda Oliveira Soares para o cargo de Primeiro Secretário, Maria Cecília Barbosa Lima, para o cargo de Segundo Secretário, para o Conselho Fiscal: Jonila Soares Pereira, Maria Cecília Lima, Joo Lopo Soares, Aparecida da Silveira Lima, Maria Cecília Lima, Amélia Soares Lima, Joo Aparecida Lima, Luciana Lima, Reginaldo. Então o presidente informou que a maioria dos nomes apresentados reuniram-se para a eleição e apesar de alguns interesses, muitos pelo qual havia solicitado a anulação do TCE, da Comissão, da Comissão e da Comissão da Comissão. O TCE, então, presente ao ato, por meio da palavra e explicou todos que, devido a natureza do fato que se trata de uma eleição, a maioria dos nomes, Joo de Almeida da Silva do TCE, da Comissão, juntamente com o TCE, André Soares, da Comissão, Primeiro da Justiça, para tratar de assunto em sessão, a. por isso, a maioria dos nomes que apesar da maioria não em torno do assunto, não se conseguiu entre os associados os nomes necessários para composição da nova diretoria, que não há um tempo hábil para promover qualquer alteração no estatuto e assim por isso que os associados com nomes de um ano de duração poderiam se candidatar, que os nomes presentes pela instituição são impedidos e não podem ser interessados, que, com o plano de uma diretoria não obrigatória, a maioria da instituição, que é uma ONG, o que levou ao entendimento de todos quanto ao fato

até o momento em matéria legal e funcional, em prejuízo de toda a Comissão de Eleições, que em virtude da apresentação de uma única chapa, composta por pessoas que não estão aptas a serem votadas a situação era semelhante a homologação da única apresentada e a comissão não poderia exercer a fiscalização. Informo ainda que a situação apresentada foi acolhida pelo juiz e Secretário, não tendo por qual motivo a apresentação da comissão é prudente entre perguntas ao presidente e houve alguma dúvida quanto ao que foi exposto, como resposta, foi uma das palavras e prudente colocar o assunto em votação e pedir que aqueles que estivessem a favor da homologação da chapa apresentada que levantassem a mão dando 'tê' a contagem dos votos, constatou-se que todos os presentes votaram pela homologação da chapa apresentada. Então o presidente informou que, como era a única chapa, a votação seria feita por aclamação, concordando com votação a chapa apresentada, foi então aprovada por unanimidade, não contendo o presidente então declarou esta a chapa apresentada e para prosseguir do ato, solicitou que entrassem em sala os corpos, militares e civis com o objetivo de identificação de todos os integrantes da mesa eleitoral, que para o período 2017-2019 foi constituída: Claudio Eduardo Mendes Brasileiro, solteiro, licenciado em Contabilidade, CPF 010.499.506-32, RG MG 7.004.956, para o cargo de Presidente, Luciano Mendonça Terra, servidor público federal, CPF 041.683.396-64, RG M 8.292.462, 5-11 MG, para o cargo de Vice-Presidente, Wilson Marques Marques, brasileiro, CPF 012.768.536-34, RG MG 1810.846, para o cargo de Primeiro Tesoureiro, Roberto Carlos Torres, brasileiro, CPF 484.114.426-91, RG M 3.262.462, 5-11 MG, para o cargo de Segundo Tesoureiro, Ezequiel Mendes





Seres como consta acima, o CPF do membro  
do Conselho Fiscal, Jovita Soares Ferreira e 008.392.  
956-85 e não 088.392.956-85 como consta acima.  
Assim, para todos efeitos fica feita a ratificação.  
Prudus Rosandy Moraes, José Carlos Torres, Maria  
Margarida Roberto Carlos Torres, Jovita Ferreira, Jovita  
Cypriada Barbosa Soares, Jovita Ferreira, Jovita  
Jovita Soares Ferreira, Jovita Ferreira, Jovita  
Jovita de Sousa Natividade, Jovita

**EM BRANCO**

**Maria de Oliveira**  
Escritura Autorizada  
Plumh / MG

**CARTÓRIO RTOPL DE PLUMH/MG**  
CNPJ: 07.013.828/0001-25  
RUA MIGUEL COSTA, 100 - CENTRO  
FONE: (37) 331-1460  
LINHA SUVA ELIC - Oficial  
PROTOCOLO Nº 1831/2018 Nº 2018 - 115726 A - 2018 15. 45/10-4

PLUMH, MG, 15 de Janeiro de 2017  
FOLHA Nº 01/01  
FOLHA Nº 01/01

Impressão	Embranhado	Recepção	Totem
155,41	8,96	45,90	160,27

Podem judicializar, TCMG - Cartório de Juiz de Direito  
e/ou Cartório de Registro de Imóveis

Cartório de Registro de Imóveis  
CNPJ: 07.013.828/0001-25  
FONE: (37) 331-1460  
Consulte a validade deste Selo no site: [mapas.imovis.br](http://mapas.imovis.br)